

26 ANOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: ESTADO DO MUNDO

26 YEARS OF HUMAN DEVELOPMENT: STATE OF WORLD TODAY

Leilane Serratine Grubba⁶⁹

RESUMO: Este ensaio tem por tema o desenvolvimento humano no mundo contemporâneo e busca realizar um balanço problematizador dos 26 anos de desenvolvimento humano das Nações Unidas. Partindo do conceito de desenvolvimento equitativo e sustentável, objetiva-se verificar os progressos e retrocessos do mundo de maneira geral, sem focar em um país ou localidade específica. Para tanto, os índices e resultados aqui divulgados serão obtidos por meio de uma pesquisa indutiva, realizada a partir dos vinte e três relatórios de desenvolvimento humano publicados anualmente pelas Nações Unidas. Metodologicamente, na primeira seção, sugere-se um conceito de desenvolvimento humano equitativo e sustentável. Após, na segunda seção, realiza-se a apresentação de um balanço do progresso e do retrocesso do desenvolvimento humano após 26 anos de preocupações mundiais para com os objetivos propostos nos relatórios.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Desenvolvimento Humano; Equidade; Sustentabilidade.

ABSTRACT: This study aims the human development state in contemporary world as well as to realize an investigation of the 26 years of United Nations Human Development goals. From the concept of sustainable and equitable human development, the main objective is to analyse the progress and regress of the world, generally, without focussing on a specific location. In order to do so, we will make an inductive analysis of the twenty three human development reports, published almost every year by United Nations and it's Development Programme.

⁶⁹ Doutora em Direito (UFSC/2015), com estágio de pós-doutoramento (UFSC/2017). Mestre em Direito (UFSC/2011). Mestre em Ciências Humanas na Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS/2020). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da ATITUS Educação (Mestrado em Direito). E-mail: lsgrubba@hotmail.com



Methodologically, in the first section, we will suggest a human development concept based on equity and sustainability. In the second section, we will investigate the progress and deterioration of human development worldwide in the last twenty six years.

Key-words: Human Rights; Human Development; Equity; Sustainability.

INTRODUÇÃO

O conceito de Desenvolvimento Humano tomou forma empírica em 1990, ano no qual as Nações Unidas publicaram o primeiro instrumento de pesquisa destinado a avaliar o progresso e o retrocesso das pessoas em seu acesso à vida digna e à expansão das capacidades individuais e coletivas. O instrumento, denominado Relatório de Desenvolvimento Humano, reconheceu que as pessoas devem ser o padrão-medida do desenvolvimento e que qualquer objetivo de desenvolvimento deve oferecer a elas mais opções, isto é, meios econômicos, vida longa, educação, liberdade política, segurança pessoal⁷⁰ e a garantia dos direitos humanos (NAÇÕES UNIDAS, 1990).

A partir do mencionado ano, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas iniciou a produção de um relatório anual que reportasse a dimensão humana do desenvolvimento. A mensagem central que se buscou transmitir foi: “enquanto o crescimento econômico na produção nacional é absolutamente necessário para encontrar os objetivos essenciais humanos, o mais importante é averiguar como o crescimento traduz – ou falha em traduzir” o desenvolvimento humano nas sociedades (NAÇÕES UNIDAS, 1990, p. iii).

⁷⁰ A ideia de segurança humana é mais abrangente do que o conceito de salvaguarda militar e põe ênfase em extinguir e mitigar vulnerabilidades (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p. 39).



Muitas sociedades alcançaram alto padrão de desenvolvimento humano apesar do modesto nível de rendimentos per capita, ao passo que outras sociedades falharam ao não transformar o seu alto nível de renda per capita em alto índice de desenvolvimento humano. Assim, se entendeu que não parece existir uma identificação lógica e necessária entre o desenvolvimento humano e o crescimento econômico. O desenvolvimento deve ter por objetivo garantir mais opções às pessoas, para que possam viver uma vida digna (NAÇÕES UNIDAS, 1990, p. iii).

Diante disso, a pesquisa bibliográfico-empírica realizada neste ensaio tem por objeto o estado do desenvolvimento humano no mundo e busca realizar um balanço dos 26 anos de desenvolvimento humano das Nações Unidas. Para tanto, busca-se analisar os dados constantes dos relatórios do ano de 1990 ao ano de 2015, a fim de extrair um conceito de desenvolvimento equitativo e sustentável, bem como analisar o progresso e o retrocesso do desenvolvimento no mundo atual.

Os resultados serão obtidos por meio de uma pesquisa indutiva, alcançada a partir dos vinte e quatro relatórios de desenvolvimento humano publicados anualmente pelas Nações Unidas. O grande objetivo é o de construir um conceito de desenvolvimento humano equitativo e sustentável, bem como extrair um balanço sobre o estado do desenvolvimento no mundo.

Se for correto assumir que a falha do método indutivo está em justificar racionalmente conclusões generalizadoras a partir de premissas ou axiomas particulares, conforme afirmou Popper (1993, p. 27), torna-se imperioso justificar que a pesquisa aqui consubstanciada não busca uma inferência indutiva geral da validade dos enunciados conclusivos fundados em enunciados singulares (relatórios de desenvolvimento), mas uma análise dos dados empíricos fornecidos pelos relatórios de

desenvolvimento, com uma conclusão que não será superior em conteúdo ou extensão ao que está contido nas premissas.

Assim, não será feita uma indução geral da validade das premissas finais apresentadas, mas uma indução cujo resultado está vinculado à construção das premissas apresentadas pelas Nações Unidas, com validade universal, mas, ao mesmo tempo, centralizado nos dados indicativos do índice de desenvolvimento humano.

Metodologicamente, na primeira seção, sugere-se um conceito de desenvolvimento humano equitativo e sustentável, para após, na segunda seção, realizar a apresentação do balanço do progresso e do retrocesso do desenvolvimento humano após os 26 anos de relatórios das Nações Unidas e das preocupações mundiais para com os objetivos propostos nos relatórios.

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO⁷¹

O desenvolvimento humano é um conceito centrado nas pessoas e pode ser entendido como um processo de caráter econômico, social, cultural e político que busca o bem-estar de todos, considerando-se a participação das pessoas de maneira ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios resultantes.

Adotada pela A/RES/41/128, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986) afirma a centralidade da pessoa como participante ativo e beneficiário do desenvolvimento, entendendo que o desenvolvimento é um direito humano inalienável. Dispõe que os

⁷¹ Desde o nascimento dos Direitos Humanos (1948) e dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (1990), ambos partilham de objetivos comuns, que é a proteção do ser humano, bem como buscam enfatizar a universalidade dos direitos e reconhecem que a realização dos direitos humanos é objetivo comum de toda a humanidade (NAÇÕES UNIDAS, 2000a. p. 2 e 20).



Estados têm responsabilidade de formular as políticas nacionais e cooperar internacionalmente para o aprimoramento do bem-estar de toda a população, do desenvolvimento e da distribuição equitativa dos benefícios. Além disso, que é responsabilidade de todos o pleno respeito aos direitos humanos e a promoção de uma ordem política, social e econômica apropriada para o desenvolvimento. (NAÇÕES UNIDAS, 1986).

A partir do ano de 1990, com o surgimento dos relatórios internacionais, o termo desenvolvimento passou a ser definido como o processo de alargamento das escolhas pessoais. Em princípio, as escolhas podem ser infinitas e modificarem-se com o tempo. Apesar das possíveis mudanças, existem três escolhas aparentemente principais: a de viver uma vida longa e saudável, a de adquirir conhecimento e a de acessar aos recursos materiais necessários para uma vida digna. Além das principais escolhas, é importante a oportunidade de acesso a um bom padrão de vida, escolhas políticas, a garantia de direitos humanos, a boa nutrição, a segurança pessoal, o tempo de descanso e lazer, a participação econômica, cultural e política (NAÇÕES UNIDAS, 1990, p. 1 e 9; 1993; 1994). O desenvolvimento, inclusive, vai além da possibilidade de acesso a tais capacidades, pois envolve o processo de acessá-las equitativamente e de maneira sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 1999, p. 16).

O processo de desenvolvimento deve permitir que as pessoas, individual e coletivamente, possam desenvolver seu pleno potencial e viver uma vida criativa e produtiva, de acordo com os seus interesses e as suas necessidades. Esse processo é mais do que a formação das capacidades humanas, devendo permitir o uso de tais capacidades, seja para o trabalho⁷², para participação política e outras opções. Nesse

⁷² Não existe ligação automática entre trabalho e desenvolvimento. Alguns trabalhos contribuem para o desenvolvimento e “possibilita as pessoas viverem uma boa vida



sentido, a liberdade parece ser um conceito-chave, uma vez que somente pessoas livres podem exercer escolhas pessoais (NAÇÕES UNIDAS, 1990, p. 1; 1991, p. 22).

Apresentando uma visão multidimensional do ser humano, as Nações Unidas (1990, p. 9) afirmam que as pessoas são o principal tesouro das nações. Ao investigar as prioridades das pessoas e, principalmente, das pessoas mais pobres, se descobriu que o desenvolvimento econômico – a renda individual – não é a principal preocupação e escolha. O rendimento é importante para garantir os recursos sem os quais qualquer progresso torna-se dificultoso. Contudo, a renda deve estar aliada a uma nutrição adequada e água limpa, aos serviços médicos de qualidade, aos serviços educacionais, ao transporte acessível, a moradia salubre e confortável, a acessibilidade política, bem como a um emprego com garantia futura.

Além do acesso a bens materiais, postula-se a necessidade de bens imateriais, como a segurança no trabalho e a possibilidade de escolha do emprego, a liberdade de expressão e de ir e vir, a garantia do ser humano de não ser oprimido ou violentado, a segurança contra perseguições, o acesso a valores culturais e religiosos, a possibilidade de participar da sociedade civil, dentre outros. É certo que nenhum governo pode garantir plenamente todas as necessidades, mas é possível a criação de políticas que permitam as pessoas concretizá-las (NAÇÕES UNIDAS, 1999, p. 17).

e a tornarem-se economicamente seguras. É importante para o crescimento econômico equitativo, para a redução da pobreza e para a equidade entre gêneros. Possibilita as pessoas participarem plenamente da sociedade e adquirirem senso de dignidade e valor. [...] Quando esse trabalho é ambientalmente sustentável, o benefício atravessa a geração atual e alcança as futuras gerações" (NAÇÕES UNIDAS, 2014. p. 1). Contudo, alguns trabalhos retrocedem o desenvolvimento, como é o caso do trabalho infantil, dos trabalhos forçados ou escravos e das pessoas traficadas, que violam os direitos humanos, a dignidade humana e sacrificam a liberdade e a autonomia.



Além do alargamento das opções, com o passar o tempo, tornou-se indispensável uma definição de desenvolvimento mais atualizada, que levasse em consideração a sustentação dos resultados positivos e o “combate contra os processos que empobrecem as pessoas ou que estão subjacentes à opressão e à injustiça estrutural. Princípios plurais como a equidade, a sustentabilidade e o respeito pelos direitos”, tornaram-se necessários (NAÇÕES UNIDAS, 2010, p. 2). O desenvolvimento humano passou a ser definido como a

[...] ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam activamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento num planeta partilhado. As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupos (NAÇÕES UNIDAS, 2010, p. 2).

Esse conceito sugere que, para se alcançar um real progresso do desenvolvimento, além do alargamento das escolhas pessoais e da capacidade de desfrute de uma vida digna em segurança, também deve haver um relativo grau de solidez das conquistas alcançadas e condições para um desenvolvimento sustentado (NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. 1).

Torna-se necessário, para se alcançar a solidez das conquistas, a redução da vulnerabilidade na qual as pessoas se encontram em maior ou menor grau. As Nações Unidas utilizam um conceito de vulnerabilidade mais amplo do que a ideia de exposição ao risco, prevenção de choques e diversificação de ativos e fontes de receita. O conceito sugerido deve descrever as situações de exclusão,



discriminação e desigualdade com relação às capacidades e possibilidades de escolhas pessoais.

A vulnerabilidade é o que faz com que algumas pessoas tenham mais ou menos chance de aceder aos bens que perfazem a dignidade, bem como de se recuperarem mais rápido ou não se recuperarem de situações de adversidade. Algumas pessoas sofrem mais do que um tipo de vulnerabilidade – constrangimento estrutural para lidar com as dificuldades. Essas pessoas sofrem vulnerabilidades multidimensionais, como é o caso de uma criança indígena. O desafio não consiste apenas em “evitar que as populações vulneráveis recaiam em situações extremas de dificuldade e privação, consiste, também, e criar um ambiente que as habilite a continuar a fazer novos progressos de desenvolvimento humano ao longo das décadas subsequentes”. (2014, p. 4). Se não houver a extinção das vulnerabilidades, o progresso não será nem equitativo nem sustentável.

De certo modo, todas as pessoas são vulneráveis frente às adversidades, como catástrofes naturais. Contudo, algumas pessoas ou grupos são muito mais vulneráveis do que outras, como é o caso das pessoas em situação de pobreza, que integram o núcleo dos mais vulneráveis, e das pessoas que são estruturalmente vulneráveis, em decorrência do gênero, da etnia ou outras. Essas vulnerabilidades não são fáceis de serem extintas, pois pressupõem a redução da desigualdade em todas as dimensões nas quais as pessoas se situam frente ao desenvolvimento. Sobre as vulnerabilidades estruturais, afirmam as Nações Unidas:

As vulnerabilidades estruturais são perpetuadas através da exclusão, do desenvolvimento humano baixo, da posição das pessoas na sociedade, todos eles fatores redutores da capacidade de lidar com riscos de deterioração da situação e choques. [...] Os pobres, as mulheres, as



minorias (étnicas, linguísticas, religiosas, migrantes ou sexuais), os povos indígenas, as pessoas em zonas rurais ou remotas ou portadoras de deficiência, e os países encravados ou com recursos naturais limitados tendem a enfrentar obstáculos maiores, por vezes de natureza jurídica, à criação de capacidades, ao exercício de escolhas e à reivindicação dos seus direitos a apoio e proteção em caso de choques (NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. 73).

Assim, para que seja possível falar em desenvolvimento humano, é necessário acrescentar duas variáveis ao conceito mencionado de desenvolvimento, que é a equidade e a sustentabilidade. *Desenvolvimento humano é a ampliação das iguais oportunidades materiais e imateriais de vida para todos e todas, considerando a liberdade das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam ativamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento. Além da expansão das capacidades que alargam o leque de escolhas das pessoas, também se deve garantir que essas escolhas não comprometam ou limitem as que estarão disponíveis para as gerações futuras.*

Desenvolvimento humano, no sentido posto, requer a liberdade, a ampliação das capacidades, o acesso aos direitos humanos, o acesso aos bens materiais e imateriais que perfazem uma vida digna, a segurança humana, a redução das vulnerabilidades e privações, considerando-se a *equidade intrageracional e a sustentabilidade intergeracional*.

Se se puder assumir que o desenvolvimento humano é o processo de alargamento das escolhas pessoais, de maneira equitativa e sustentável; e também assumir que se deve resguardar as mesmas possibilidades e recursos para as gerações futuras; parece certo que se



deve partilhar essas possibilidades com as pessoas da época actual, impedindo o alargamento das injustiças de acesso a melhorar a qualidade de vida em razão de diferenças étnicas, de nascimento, de género ou económicas.

Garantir que o mundo seja um lugar de vida saudável e gratificante, actualmente e no futuro, parece ser o grande desafio do desenvolvimento. Diante disso, torna-se possível conceituar o desenvolvimento humano sustentável e equitativo como o “alargamento das liberdades substantivas das pessoas do mundo actual, ao mesmo tempo em que se evitam esforços razoáveis para evitar o risco de comprometer seriamente as das gerações futuras” (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 2). Ainda, de maneira mais completa:

A abordagem do desenvolvimento humano reconhece que as pessoas têm direitos que não são afectados pela arbitrariedade associada ao momento em que nasceram. Além disso, os direitos em questão referem-se não apenas a capacidade de sustentar os mesmos padrões de vida, mas também de aceder às mesmas oportunidades. Este aspecto limita a substituição que pode ocorrer ao longo das dimensões do bem-estar. A geração actual não pode pedir às gerações futuras que respirem ar poluído em troca de uma maior capacidade de produzir bens e serviços. Desta forma, estaríamos a restringir a liberdade de as futuras gerações optarem por ar puro em lugar de mais bens e serviços. [...] Uma preocupação central da abordagem do desenvolvimento humano reside em proteger os grupos mais desfavorecidos. Os mais desfavorecidos não são apenas as gerações que estão, em média, em pior situação. São também aqueles que mais sofreriam com a concretização dos riscos adversos que enfrentam como resultado da nossa actividade. Assim, preocupamo-nos não apenas com o que acontece em média ou no cenário mais provável, mas também com o que acontece em cenários



menos prováveis, mas ainda assim possíveis, em especial aqueles que envolvem riscos catastróficos (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 19-20).

O conceito de desenvolvimento sustentável sugerido acima e que foi mencionado no parágrafo anterior, possui um componente essencial: a equidade. Esse componente significa, além da importância atribuída às gerações futuras, a importância intrageracional. Se o desenvolvimento não for equitativo, afirmam as Nações Unidas, ele também não poderá ser sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 20).

Esse conceito de desenvolvimento sustentável encontra raiz no relatório (A/RES/42/187) denominado *Nosso futuro comum*, publicado em 1987 pela médica Gro Harlem Brundtland, a pedido das Nações Unidas. O relatório apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público. A preocupação gerada a partir da acelerada deterioração do meio ambiente e suas consequências para o desenvolvimento social e econômico faz supor a necessidade de se alcançar o desenvolvimento sustentável, definido no relatório como aquele desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.

O conceito apresentado leva em consideração a dimensão ambiental, de proteção dos ecossistemas, mas igualmente considera a necessidade de sustentabilidade das dimensões social e econômica, sugerindo que o desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas pelo aumento do potencial produtivo e também pela garantia de oportunidades iguais a todos, equitativamente (NAÇÕES UNIDAS, 1987).

Daí porque a definição de desenvolvimento (humano) sustentável (e equitativo) vai além do conceito de preservação das



reservas naturais e ambientes físicos. Para as Nações Unidas (1990, p. 7), que assumem uma postura antropocêntrica, são as pessoas cujo futuro de escolhas deve ser protegido. Dessa forma, como já havia sido afirmado em Estocolmo (1972)⁷³, no Rio de Janeiro (1992) e em Johannesburgo (2002), o desenvolvimento sustentável engloba a dimensão ambiental⁷⁴, social e econômica⁷⁵.

Esse conceito de desenvolvimento, que engloba três dimensões, pode ser visualizado nas ações atuais de não criação de débitos que não podem ser pagos – financeiros, sociais, negligência em investir nas pessoas, demográficos, ambientais que esgotam os recursos naturais, dentre outros (NAÇÕES UNIDAS, 1991, p. 1). Assim, considera-se que a incapacidade de promover o desenvolvimento sustentável decorre de uma noção de negligência de equitatividade, ou seja, da negligência frente à justiça econômica e social (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 7).

O chamado para o desenvolvimento humano equitativo e sustentável, além da proteção ambiental, implica em um novo conceito de crescimento econômico, que providencie justa oportunidade a todos e diminua o comprometimento dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável é um processo no qual se busca um desenvolvimento que é

⁷³ O evento apresentou uma declaração final com dezenove grandes princípios, que estabelecem as bases para a agenda ambiental pós anos 70 do Sistema das Nações Unidas. (NAÇÕES UNIDAS, 1972).

⁷⁴ No que se refere especificamente à dimensão ambiental, é necessário lembrar que, desde os anos 1960, os temores por um tipo de poluição por radiação fez surgir um impulso novo ambientalista, que ganhou força em 1962, com a publicação do livro *Primavera silenciosa*, pela bióloga Rachel Carson. O livro mencionado fez um alerta sobre os impactos do uso intensivo de agrotóxicos (pesticidas químicos sintéticos) na agricultura. Carson fez um apelo pela necessidade de se respeitar o meio ambiente, visando à proteção da saúde humana e dos ecossistemas naturais (CARSON, 1962).

⁷⁵ Segundo as Nações Unidas (2015a, p. 5), o desenvolvimento sustentável “reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro dos e entre os países, a preservação do planeta, a criação do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social estão vinculados uns aos outros e são interdependentes”.



econômica, socialmente e ecologicamente sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 16).

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, as Nações Unidas propõe alguns objetivos principais, são eles: (a) eliminação da pobreza; (b) redução do crescimento econômico; (c) distribuição mais equitativa de recursos; (d) investimento em saúde e educação; (e) governos descentralizados e com maior participação popular; (f) sistemas de trocas mais equitativas e liberais entre países; e (g) melhor compreensão da diversidade dos ecossistemas locais para que seja possível encontrar respostas aos problemas ambientais.

Contudo, os percursos necessários para o desenvolvimento⁷⁶ variam conforme as condições históricas, políticas e econômicas de um determinado local ou país. Dessa forma, entende-se que as receitas políticas uniformes e universais são deficientes, havendo a necessidade de se reconhecer a individualidade das necessidades de cada comunidade para a criação de estratégias e agenda de desenvolvimento.

Se, num primeiro momento, a orientação deve ser a formulação de princípios gerais ao desenvolvimento humano, no segundo momento, as Nações Unidas apostam em *levar o contexto a sério*, ou seja,

⁷⁶ Para se medir o grau de desenvolvimento humano no mundo, o seu progresso ou retrocesso, foi criado um *indexador compreensivo* (IDH), denominado *índice de desenvolvimento humano*, que busca refletir três questões centrais: a expectativa de vida, a educação e a capacidade econômica para bom padrão de vida. O conceito de desenvolvimento é muito mais amplo do que o conceito medido pelos indexadores. Ainda assim, as Nações Unidas sugerem que o aumento de dados indexados iria obscurecer a correta análise. Além disso, muitas das dimensões do desenvolvimento são impossíveis de serem quantificadas. Todos os indicadores apresentam falhas, pois são balanços médios que não avaliam as disparidades sociais de expectativa de vida, disparidades entre gênero e de distribuição de renda. (NAÇÕES UNIDAS, 1990, p. 12). Importante mencionar que, em razão das imperfeições do IDH, no ano de 2010, criou-se um novo indexador, denominado *Índice de desenvolvimento humano ajustado à desigualdade* (IDHAH), que busca avaliar as desigualdades dentro de uma sociedade. NAÇÕES UNIDAS. *Relatório do desenvolvimento humano 2010*, p. 28.



reconhecer as dificuldades e possibilidades de cada lugar estabelecer as estratégias mais adequadas ao desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2010, p. 9).

ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL

Quando surgiu o conceito de desenvolvimento humano e o seu indexador de medida, em 1990, as Nações Unidas (1990, p. 2) realizaram um balanço do desenvolvimento. Afirmam que nas últimas três décadas pré-1990 os países em desenvolvimento progrediram rapidamente no quesito desenvolvimento: aumentou-se a expectativa de vida, a alfabetização, bem como se diminuiu as taxas de mortalidade infantil.

Contudo, à época, mais de um bilhão de pessoas viviam em pobreza absoluta, 900 milhões de adultos eram analfabetos, 1.75 bilhão de pessoas viviam sem água potável, 100 milhões sem moradia, 800 milhões sem acesso à alimentação diária, 150 milhões de crianças de até 5 anos de idade malnutridas e 14 milhões de crianças que morriam anualmente antes do quinto aniversário (NAÇÕES UNIDAS, 1990, p. 2).

A partir da análise dos dados pré-1990, considerou-se a necessidade de fazer com que o mundo progredisse rapidamente em termos de desenvolvimento. O mundo de hoje é muito diferente do mundo de 1990. Em 26 anos de história, o mundo e as pessoas se desenvolveram, acompanhados de um aumento da economia e de rendimentos, de uma redução da pobreza multidimensional, do aumento do número de pessoas escolarizadas e dos níveis de educação, bem como de uma maior expectativa de vida, menor índice de mortalidade infantil e menor índice de mortes causadas por VIH/SIDA.



Em 2011, se afirmou que as pessoas vivem vidas mais longas, tem mais educação e acesso a bens e serviços, mesmo nos países com IDH mais baixo:

Os ganhos podem ser testemunhados através da nossa medida sumaria do desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida composta simples que inclui a saúde, a escolaridade e o rendimento. O IDH médio mundial aumentou 18% entre 1990 e 2010 (41% desde 1970), reflectindo grandes melhorias na esperança de vida, na frequência escolar, na alfabetização e no rendimento¹. Quase todos os países beneficiaram. Dos 135 países da nossa amostra para 1970—2010 (com 92% da população mundial), apenas três tiveram um IDH mais baixo em 2010 do que em 1970. Os países pobres estão a aproximar-se dos 25 (continua) países ricos em termos de IDH, uma convergência que fornece um retrato muito mais optimista do que as tendências do rendimento, onde continua a divergência. No entanto, nem todos os países assistiram a um progresso rápido e as diferenças são marcantes. As pessoas da África Austral e da antiga União Soviética suportaram tempos de retrocesso, especialmente na área da saúde. E países que partiram de uma posição semelhante tiveram experiências manifestamente distintas. O rendimento per capita da China cresceu uns assombrosos 1.200% ao longo dos 40 anos, mas o da Republica Democrática do Congo caiu 80%. Os avanços no conhecimento técnico e na globalização tornaram o progresso mais viável para países em todos os níveis de desenvolvimento, mas esses países tiraram partido das oportunidades de formas diferentes (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 25).

Os estudos apontam para o aumento geral da longevidade e da educação. Segundo as Nações Unidas (2013, p. 6), a saúde e a



educação tem uma relação direta. A educação permite ascensão de melhores empregos e participação no espaço público democrático, mas também se reflete na saúde: “o nível de educação da mãe é mais importante para a sobrevivência da criança que o rendimento familiar”.

A erradicação da fome, com meta de diminuição pela metade do percentual de pessoas que sobrevivem com menos de 1,25 dólares por dia, primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁷⁷, foi alcançada em 2012, três anos antes da meta de 2015 (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p. 27).

Entre os anos de 1990 e 2015 o desenvolvimento humano cresceu em proporções alargadas. Pelos dados empíricos disponibilizados pelas Nações Unidas, o mundo está a se tornar um lugar melhor para se viver. A pobreza de rendimentos nos países em desenvolvimento reduziu em dois-terços, o número de pessoas em extrema pobreza caiu para 836 milhões. A expectativa de vida aumentou consideravelmente e o número de mortalidade infantil até os cinco anos de idade caiu para 6 milhões, mais de 2.6 milhões de pessoas passaram a ter acesso a água limpa, ainda que a população mundial tenha crescido de 5.3 bilhões para 7.3 bilhões de pessoas (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 4).

É importante notar, contudo, que a história não se fez somente de avanços. Algumas estagnações e retrocessos também devem ser mencionados. A persistente desigualdade de rendimentos ainda é um

⁷⁷ A Declaração do Milênio (A/RES/55/2), publicada no ano de 2000, estabeleceu a necessidade imediata de libertação do mundo dos flagelos da guerra, que na última década já havia custado a vida de mais de cinco milhões de pessoas. Além disso, estabeleceu como meta prioritária libertar o humano da extrema pobreza, bem como “reduzir para metade, até ao ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a pessoas que passam fome; de igual modo, reduzir para metade a percentagem de pessoas que não têm acesso a água potável ou carecem de meios para obter. Reduzir, até essa data, a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças com menos de 5 anos em dois terços, em relação às taxas actuais” (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 7).



dos principais entraves ao desenvolvimento humano. Essa desigualdade se manifesta na pobreza multidimensional, mas também nas disparidades de rendimentos entre ricos e pobres: “cerca de metade da riqueza do mundo pertence a um por cento dos mais ricos da população mundial, sendo que as 85 pessoas mais ricas detêm, no seu conjunto, a mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial” (NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. 39).

O mundo é desigual. No mundo de hoje ainda existem desigualdades e privações multidimensionais que precisam ser corrigidas por meio de políticas públicas e investimentos sociais. São 795 milhões de pessoas que sofrem de fome crônica no mundo, “11 crianças com 5 anos incompletos que morrem a cada minuto e 33 mães que morrem por hora. São 37 milhões de pessoas que vivem o vírus da SIDA e 11 milhões com tuberculose. Mais de 660 milhões de pessoas usam água suja para beber” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 4).

Ainda existem 780 milhões de adultos e 103 milhões de jovens analfabetos. Somente no ano de 2014, 60 milhões de pessoas tiveram que deixar suas casas e países para migrar forçosamente para outra região. Em todo o mundo, pessoas e comunidades tornaram-se vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas e perdas na biodiversidade. Somente no ano de 2012, 21 milhões de pessoas trabalham forçadamente, traficadas, em regime de exploração sexual ou em condição de escravos (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 6).

Um dos maiores problemas visualizados é a grande desigualdade de desenvolvimento, tanto entre os países quanto dentro de cada país. Dados de 2015 apontam para algumas conclusões importantes acerca da desigualdade de desenvolvimento humanos. Uma delas é a desigualdade de gênero. No que tange ao trabalho, as mulheres, de maneira geral, ganham 24% menos em rendimento que homens, bem



como possuem apenas 25% das posições gerenciais ou administrativas e apenas 22% dos assentos em parlamentos (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 4).

Além da desigualdade de gênero, também a desigualdade entre zonas urbanas e rurais. O acesso à água potável e recursos sanitários melhorou, mas é desigual entre áreas urbanas e rurais, sendo esse acesso de 96% da população que vive em áreas urbanas, em contraste com 84% das áreas rurais (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 59). O progresso econômico em rendimentos também não foi equitativo. De 1990 a 2010, a desigualdade de rendimentos aumentou 11% nos países em desenvolvimento. Nesses países, 75% da população vive numa sociedade mais desigual com relação a rendimento do que em 1990 (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 65).

Os retrocessos também são grandes no que tange à degradação ambiental e ao consumo. Se forem analisados os padrões de emissão de dióxido de carbono e os impactos ambientais das atividades econômicas, esses são impraticáveis principalmente nos países com IDH mais elevado e nos que tiveram um aumento rápido do IDH. Qualquer morador de um país com IDH mais elevado, regra geral, é responsável por mais de um quádruplo das emissões de dióxido de carbono e o dobro das emissões de outros gases efeito estufa, como o metano, de um habitante de um país com IDH baixo (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 25-26).

O crescimento do desenvolvimento econômico no mundo se relacionou com o crescimento das emissões de dióxido de carbono e degradação ambiental, gerando a conclusão de que o progresso no IDH tem “sido obtido à custa do aquecimento global” (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 28). Importante mencionar, contudo, que o aumento do IDH não se acompanhou de todas as ameaças ambientais, havendo um aumento da limpeza dos ambientes na medida em que os países enriquecem (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 28-29).



As estagnações ao desenvolvimento humano, sintetizadas abaixo, continuam a ser vistas como o grande desafio ao desenvolvimento sustentável:

Encontramo-nos num momento de enormes desafios para o desenvolvimento sustentável. Bilhões de cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna. Há crescentes desigualdades dentro dos e entre os países. Há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder. A desigualdade de gênero continua a ser um desafio fundamental. O desemprego, particularmente entre os jovens, é uma grande preocupação. Ameaças globais de saúde, desastres naturais mais frequentes e intensos, conflitos em ascensão, o extremismo violento, o terrorismo e as crises humanitárias relacionadas e o deslocamento forçado de pessoas ameaçam reverter grande parte do progresso do desenvolvimento feito nas últimas décadas. O esgotamento dos recursos naturais e os impactos negativos da degradação ambiental, incluindo a desertificação, secas, a degradação dos solos, a escassez de água doce e a perda de biodiversidade acrescentam e exacerbam a lista de desafios que a humanidade enfrenta. A mudança climática é um dos maiores desafios do nosso tempo e seus efeitos negativos minam a capacidade de todos os países de alcançar o desenvolvimento sustentável. Os aumentos na temperatura global, o aumento do nível do mar, a acidificação dos oceanos e outros impactos das mudanças climáticas estão afetando seriamente as zonas costeiras e os países costeiros de baixa altitude, incluindo muitos países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. A sobrevivência de muitas sociedades, bem como dos sistemas biológicos do planeta, está em risco (NAÇÕES UNIDAS, 2015a, p. 6).

Apesar das desigualdades ainda existentes, os já mencionados progressos ao desenvolvimento humano, desde 1990, foram notáveis, conforme apontam as Nações Unidas: (a) a taxa de mortalidade infantil em 2015 é menor que metade da taxa de 1990; (b) a taxa de mortalidade materna caiu 45%; (c) as intervenções médicas, prevenções e tratamento salvaram 37 milhões de vidas da tuberculose, 6.2 milhões de



vida da malária e 30 milhões de novas infecções por SIDA; (d) a taxa de alfabetização dos jovens entre 15-24 anos aumentou de 83% para 91%. A taxa dos adultos aumentou de 76% para 86%; (e) o acesso à água limpa, desde 1990, aumentou para 2.6 bilhões de pessoas que anteriormente não tinham acesso; (f) o número de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia nos países em desenvolvimento caiu de 1.9 bilhões de pessoas para 836 milhões; (g) a proporção de pessoas malnutridas nas regiões em desenvolvimento caiu de 23.3% para 12.9%; e (h) os gases tóxicos à camada de ozônio foram substituídos e o seu uso caiu em 98% (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 74).

Uma análise importante do indexador de desenvolvimento, comparando os dados entre 1990 e 2015, mostra que os índices obtidos pelos países desenvolvidos com maior desenvolvimento humano mantiveram-se no mesmo patamar com o passar dos anos, na faixa de 0.8 a 0.9 (considerando-se que o maior desenvolvimento é medido pelo algoritmo 1). Melhoramentos foram percebidos nos países com menor índice de desenvolvimento humano, que passaram de 0.1-0.2 para 0.4. No que tange a um progresso global dos países, enquanto os países com alto desenvolvimento humano cresceram, em média, 0.47 no seu índice de desenvolvimento, os países com médio e baixo desenvolvimento cresceram 1.2-1.3 em seu IDH. Positivamente, no mundo inteiro, houve um aumento médio de 0.73 no IDH até 2015 (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 215).

A expectativa de vida máxima ao nascimento de 76 anos, em 1990, passou para 81 anos. O progresso é considerável, contudo, se se considerar a baixa expectativa de vida dos países com baixo desenvolvimento, que passou de uma média de 42-44 anos para 60 anos (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Torna-se importante, mais do que nunca, seguir a recomendações estabelecidas pela Declaração do Milênio, em 2000, de



responsabilidade coletiva em defender os princípios da dignidade, da igualdade, da equidade e da sustentabilidade. A globalização deve ser acompanhada de uma força positiva e inclusiva, que estenda seus benefícios equitativamente no mundo, promovendo a igualdade entre gêneros e entre vulneráveis estruturais. Além disso, criar um futuro comum sustentável, alterando os atuais “padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações” (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 3).

Considerando que o desenvolvimento humano sustentável apresenta três grandes dimensões, a social, a econômica e a ambiental, as Nações Unidas e seus países-membros estabeleceram a importante e urgente necessidade de direcionar o mundo para um caminho de resiliência e sustentabilidade. No ano de 2015, estabeleceram 17 objetivos e 169 metas, construídas sobre o legado dos Objetivos do Milênio, que buscam concretizar os direitos humanos e estabelecer os rumos do desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos (NAÇÕES UNIDAS, 2015a).

Os objetivos e metas, fundamentados nas dimensões do desenvolvimento sustentável, reconhecem a necessidade de erradicar a pobreza e a fome, garantir a dignidade e a igualdade entre os seres humanos, proteger o meio ambiente, gestar sustentavelmente os recursos naturais, garantir um meio ambiente sadio para as gerações atuais e futuras, por meio de políticas de proteção e prevenção ambiental, garantir o progresso econômico, social e tecnológico sustentáveis, bem como promover a paz mundial. Esses mencionados objetivos e metas vêm acompanhados de uma visão futura do mundo:

Pre vemos um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar. Pre vemos um mundo livre do medo e da violência. Um mundo com



alfabetização universal. Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados. Um mundo em que reafirmamos os nossos compromissos relativos ao direito humano à água potável e ao saneamento e onde há uma melhor higiene; e onde o alimento é suficiente, seguro, acessível e nutritivo. Um mundo onde habitats humanos são seguros, resilientes e sustentáveis, e onde existe acesso universal à energia acessível, confiável e sustentável. Prevemos um mundo de respeito universal dos direitos humanos e da dignidade humana, do Estado de Direito, da justiça, da igualdade e da não discriminação; do respeito pela raça, etnia e diversidade cultural; e da igualdade de oportunidades que permita a plena realização do potencial humano e contribua para a prosperidade compartilhada. Um mundo que investe em suas crianças e em que cada criança cresce livre da violência e da exploração. Um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de gênero e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e econômicos para seu empoderamento foram removidos. Um mundo justo, equitativo, tolerante, aberto e socialmente inclusivo em que sejam atendidas as necessidades das pessoas mais vulneráveis. Prevemos um mundo em que cada país desfrute de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos. Um mundo em que os padrões de consumo e produção e o uso de todos os recursos naturais – do ar à terra; dos rios, lagos e aquíferos aos oceanos e mares – são sustentáveis. Um mundo em que a democracia, a boa governança e o Estado de Direito, bem como um ambiente propício em níveis nacional e internacional, são essenciais para o desenvolvimento sustentável, incluindo crescimento econômico inclusivo e sustentado, desenvolvimento social, proteção ambiental e erradicação da pobreza e da fome. Um mundo em que o desenvolvimento e a aplicação da tecnologia são sensíveis ao clima, respeitem a biodiversidade e são resilientes. Um mundo em que a humanidade viva em harmonia com a natureza e em que animais selvagens e outras espécies vivas estão protegidos (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 4-5).

A ideia, apresentada por meio dos objetivos e metas, é a de consolidar uma *Parceria Global*, composta pelas Nações Unidas,

DIREITO & DESENVOLVIMENTO

ISSN 2236-0859

VOLUME 16 | NÚMERO 2 | 2024



governos, sociedade civil, setor privado e outros atores que possam mobilizar os recursos disponíveis para a concretização do desenvolvimento sustentável⁷⁸.

Em plano nacional, os objetivos são de responsabilidade primária dos próprios Estados, que devem estabelecer estratégias apropriadas de desenvolvimento sustentável⁷⁹. Ao mesmo tempo, as estratégias nacionais devem ser apoiadas internacionalmente, por meio de ambiente econômico favorável (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 40).

⁷⁸ Após o acordo em objetivos, nos meses de novembro e dezembro de 2015, ocorreu na cidade de Paris a *Convenção quadro sobre mudança do clima* (FCCC/CP/2015/L.9/Rev.1), que resultou na adoção do acordo Paris, fundamentado no princípio da igualdade e responsabilidades comuns, não excetuadas as diferenciadas capacidades em razão de diferentes circunstâncias nacionais. O acordo reconheceu que o mundo é afetado não somente pelas mudanças climáticas, mas também pelos impactos decorrentes das medidas tomadas em resposta a elas. Diante disso, reconheceu a necessidade de uma resposta eficaz às mudanças climáticas, bem como enfatizou a intrínseca relação entre as mudanças climáticas e o acesso equitativo ao desenvolvimento sustentável, igualdade intergeracional, bem como a erradicação da pobreza. Algumas das ações consideradas importantes podem ser resumidas da seguinte maneira: (a) manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 2°C acima dos níveis pré-industriais; (b) aumentar a capacidade de adaptação aos impactos das mudanças climáticas; e (c) desenvolvimento de baixas emissões de gases de efeito estufa, de modo a não ameaçar a produção de alimentos. Impõe-se, nesse sentido, uma facilitação e aprimoramento de medidas como os sistemas de alerta precoce, as preparações para emergência, a avaliação e gestão de riscos e instalação de seguros de risco (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

⁷⁹ Importante lembrar que, desde o ano de 1986, por meio da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, afirmou-se a responsabilidade dos Estados, em cooperação, pela criação das condições nacionais, não excetuadas as condições internacionais, favoráveis à concretização do desenvolvimento humano e direitos humanos, especialmente direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Menciona a necessária criação de políticas sociais e econômicas que possibilitem, em igualdade de oportunidades para todos, o acesso à educação, aos serviços de saúde, à alimentação, à habitação, ao emprego, à distribuição equitativa de renda, bem como para a eliminação de desigualdade entre gêneros (NAÇÕES UNIDAS, 1986).



CONCLUSÃO

A pesquisa realizada neste ensaio buscou realizar uma homenagem aos 25 anos de desenvolvimento humano das Nações Unidas. Tendo por objeto o estado do desenvolvimento humano no mundo, examinou-se os dados constantes dos relatórios de desenvolvimento de 1990 até 2015. Os resultados, acerca do estado atual (progressos e retrocessos) do desenvolvimento, foram obtidos por meio de uma pesquisa indutiva, realizada a partir dos relatórios de desenvolvimento publicados anualmente pelas Nações Unidas.

Metodologicamente, na primeira seção, sugeriu-se um conceito de desenvolvimento humano equitativo e sustentável. Por fim, na segunda seção realizou-se a apresentação do balanço do progresso e do retrocesso do desenvolvimento humano após os 25 anos de relatórios das Nações Unidas.

O desenvolvimento humano foi caracterizado como o alargamento das escolhas das pessoas em sociedade. Contudo, conforme analisado, parece que o mero conceito de desenvolvimento, hoje em dia, não é mais suficiente. Para que seja possível falar em desenvolvimento humano, se tornou necessário acrescentar duas variáveis ao conceito já mencionado de desenvolvimento, que é a equidade e a sustentabilidade.

Diante disso, conceituou-se o desenvolvimento humano como a ampliação das iguais oportunidades materiais e imateriais de vida para todos e todas, considerando a liberdade das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam ativamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento. Além da expansão das capacidades que alargam o leque de escolhas das



peças, também se deve garantir que essas escolhas não comprometam ou limitem as que estarão disponíveis para as gerações futuras.

Esse desenvolvimento equitativo (intrageneracional) e sustentável (intergeracional) possui uma relação não necessária e, muitas vezes excludente, para com o puro crescimento econômico. Muitas sociedades possuem alto nível de desenvolvimento a baixos índices de renda per capita. Outras sociedades apresentam altos índices de renda per capita e baixo desenvolvimento humano. A visão de que o desenvolvimento humano pode ser promovido somente a expensas do desenvolvimento econômico parece ser uma falsa tese que não percebe a importância de investimentos na saúde, na educação, bem como em outras áreas da vida pública e privada, como a sustentabilidade ambiental.

O crescimento econômico pode auxiliar o desenvolvimento humano e é vital quando se entende que o objetivo do crescimento deve ser o próprio ser humano, garantindo melhoramentos às pessoas, por meio de um crescimento econômico equitativo. O progresso econômico deve permitir o alargamento das escolhas dos indivíduos nas suas comunidades e países, bem como respeitar os ganhos e avanços já alcançados na saúde, educação, liberdade e meios de subsistência.

Diante disso, o conceito de desenvolvimento equitativo e sustentável refere-se à possibilidade de sustentar uma boa vida para as gerações atuais, bem como a possibilidade de que todos possam acender às mesmas possibilidades, sem afetar o igual direito das gerações vindouras. Assim, a sustentabilidade vai além do conceito de preservação do ambiente físico, envolvendo as dimensões ambiental, social e econômica.



Partindo desse conceito de desenvolvimento, buscou-se analisar o real estado do desenvolvimento no mundo. A análise realizada permitiu concluir, a partir dos dados constantes nos relatórios das Nações Unidas, que entre os anos 1990 e 2015, o desenvolvimento humano cresceu em alargadas proporções. Diminuiu-se a pobreza de rendimentos, algumas vulnerabilidades, bem como aumentou-se a expectativa de vida, o acesso à saúde, à educação, à água limpa e à alimentação adequada. Muitas pessoas conseguiram sair da zona de extrema pobreza.

Contudo, apesar dos bons resultados em desenvolvimento humano, também se averiguou retrocessos e estagnações, como a persistente desigualdade de rendimentos, desigualdade de gênero, disparidades urbano-rurais e vulnerabilidades.

Diante disso, importa, para o desenvolvimento, os objetivos do desenvolvimento sustentável, de 2015, que estabeleceram metas a concretizar os direitos humanos e estabelecer os rumos do desenvolvimento para os próximos quinze anos. Fundamentados nas dimensões do desenvolvimento sustentável, os objetivos e metas reconhecem a necessidade de erradicar a pobreza e a fome, garantir a dignidade e a igualdade, proteger o meio ambiente, gestar sustentavelmente os recursos naturais, garantir um meio ambiente sadio para as gerações atuais e futuras, garantir o progresso econômico, social e tecnológico sustentáveis.

REFERÊNCIAS

CARSON, Rachel. **Silent spring**. Estados Unidos: Fawcett Publications, INC., Greenwich, Conn, 1962.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaration of the United Nations conference on human environment**. 1972. Disponível em:

DIREITO & DESENVOLVIMENTO

ISSN 2236-0859

VOLUME 16 | NÚMERO 2 | 2024



<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.Print.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en> Acesso em 12 de março de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o direito ao desenvolvimento**. 1986. Disponível em: <http://acnudh.org/wp-content/uploads/2012/08/Declara%C3%A7%C3%A3o-sobre-o-Direito-ao-Desenvolvimento.pdf> Acesso em 12 de maio de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Report of the world commission on environment and development**. 1987. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1991**. New York: Oxford University Press, 1991.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21**. 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf> Acesso de 04 de março de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1992**. New York: Oxford University Press, 1992.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1993**. New York: Oxford University Press, 1993.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1994**. New York: Oxford University Press, 1994.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1995**. New York: Oxford University Press, 1995.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1996**. New York: Oxford University Press, 1996.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1997**. New York: Oxford University Press, 1997.



NAÇÕES UNIDAS. **Kyoto protocol to the United Nations framework convention on climate change**. 1997. Disponível em: <http://kyotoprotocol.com/> Acesso de 20 de abril de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1998**. New York: Oxford University Press, 1998.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 1999**. New York: Oxford University Press, 1999.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do milénio**. Nova Iorque, 2000. Disponível em: http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf Acesso de 10 de maio de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 2000**. New York: Oxford University Press, 2000a.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 2001: making new technologies work for human development**. New York: Oxford University Press, 2001.

NAÇÕES UNIDAS. **Earth Summit**. 2002. Disponível em: <http://earthsummit2002.org/Es2002.pdf> Acesso em 07 de julho de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Human development report 2002: deepening democracy in a fragmented world**. New York: Oxford University Press, 2002.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2003: objetivos de desenvolvimento do milénio: um pacto entre as nações para eliminar a pobreza humano**. Lisboa: Mensagem, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado**. Lisboa: Mensagem, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2005: cooperação internacional numa encruzilhada: ajuda, comércio e segurança num mundo desigual**. Lisboa: Mensagem, 2005.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2006: a água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água**. Lisboa: Mensagem, 2006.



NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2007/2008:** combater as alterações climáticas: solidariedade humana num mundo dividido. Coimbra: Almedina, 2007/2008.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2009:** ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos. Coimbra: Almedina, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2010:** a verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Coimbra: Almedina, 2010.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2011:** sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos. Coimbra: Almedina, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. **The future we want** (A/CONFIT.216/L.1*). 2012. Disponível em http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf Acesso em 07 de julho de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2013:** a ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado. Coimbra: Almedina, 2013.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2014:** sustentar o progresso humano: reduzir vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Coimbra: Almedina, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2015:** work for human development. New York: UNDP, 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando o mundo:** a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org> Acesso em 12 de abril de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção quadro sobre mudança do clima.** 2016. Disponível em: <http://bit.ly/ParisAgreementUNFCCC> Acesso em 13 de abril de 2016.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Cultrix, 1993.

